

# O JOVEM COMO ATOR POLÍTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DAS OCUPAÇÕES COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

**Resumo:** Diante de um período de crise e instabilidade política no Brasil, iniciaram-se mobilizações de jovens contra as medidas tomadas pelas instâncias federais e estaduais, considerando-se o impacto direto que a efetivação de tais disposições poderia instaurar no contexto social. Assim, o presente artigo é um relato de experiência, no qual serão elencados aspectos relacionados à participação política da juventude nos processos de ocupações e as consequências desta. Consideramos que tal movimento tem sua relevância, devido seu caráter de reivindicação e participação política, pois, nesse contexto, a atividade de ocupar espaços públicos torna-se uma manifestação de cidadania e resistência.

**Abstract:** *In front of a period of crisis and political instability in Brazil, mobilizations of young people were initiated against the measures taken by federals and states governmental instance, considering the direct impact that the establishing of such dispositions could establish in the social context. Thus, this article is an experience report, in which will be listed aspects related to the political participation of the youth in the processes of occupations and their consequences. We consider that such movement has its relevance, due to its character of claim and political participation, because, in this context, the activity of occupying public spaces becomes a manifestation of citizenship and resistance.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um relato de experiência, a partir do qual serão elencados alguns aspectos relacionados à participação política da juventude nos processos de ocupações e as possíveis consequências destas. Dessa forma, iremos expor experiências vivenciadas durante ações de um Movimento Estudantil em uma Universidade Federal no interior do Estado do Ceará bem como a fundamentação teórica acerca da discussão supracitada. Assim, se faz necessário estabelecer uma breve explanação a respeito do contexto político no Brasil e, em seguida, uma explicação sobre o que consideramos movimento de ocupação.

Consideramos importante abordar, brevemente, o que introduziu os movimentos de greve e ocupações estudantis que ocorreram durante o ano de 2016. Os movimentos foram iniciados a partir do período eleitoral de 2014, que ocorreu de forma acirrada entre os candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), algo que acarretou uma divisão na população brasileira ainda no período eleitoral. O segundo mandato de Dilma foi conturbado e, já em seu início, houve reprovação de parte da população, principalmente dos grupos sociais que eram a base de seu partido. Estes se afastaram devido à adoção de medidas que lembravam seu antigo opositor de direita. Somado a isso, houve um período de recessão da economia e queda do PIB (Produto Interno Bruto), a partir dos quais cresceram os ataques de movimentos opositores à presidência e que não aceitavam o resultado das eleições, tal como o Movimento Brasil Livre (MBL), financiado por partidos brasileiros de direita, cuja liderança tratava-se de jovens com discursos conservadores e neoliberais. Ademais, o fenômeno chamado de "Golpe" teve início em meados do segundo semestre de 2015, com o lançamento do projeto político "Uma ponte para o futuro" pelo PMDB, partido do, até então, vice-presidente Michel Temer.

Nesse contexto, ocorreram diversas manifestações no Brasil, de caráter apoteótico, em que se viam desfiles de uma maioria classe média e alta, vestidos de camisas da seleção brasileira, balões gigantes e com coreografias montadas; tudo televisado por uma das principais emissoras do país que cancelou toda sua programação de uma tarde para a exibição das manifestações. Além dos desfiles pelas principais vias do Brasil, havia os "panelaços", manifestações onde se batiam em painéis como forma de manifestação, durante os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff, apresentados nos meios de comunicação. Tais movimentos passaram a pedir impeachment e que, em decorrência disso, o vice-presidente, Michel Temer, assumisse o cargo da presidência do país.

Todas essas manifestações ganharam forças no primeiro semestre de 2016, apoiadas por senadores e deputados, além da mídia, resultando, assim, no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Esse processo foi considerado um retrocesso e desrespeito a democracia Brasileira, uma vez que, além da presidente ter sido eleita por eleições livres e diretas, as acusações de pedaladas fiscais não se configuravam como crime que levasse ao impeachment. Tal fato foi confirmado, já que "o próprio TCU reconhece, em seu parecer, que a prática é comum e já foi vista antes em outras gestões." (EL PAÍS, 2016). Nesse sentido, tal processo político-criminal foi amplamente chamado de golpe por grande parte da população. Em decorrência desse posicionamento diante do processo considerado ilegítimo, muitos brasileiros que estavam insatisfeitos pediram a saída de Temer do posto de presidência do país, fazendo dele um dos presidentes com menor aprovação da população, atingindo 73% de reprovação, o índice mais baixo desde 1989 (DATAFOLHA, 2017).

Diante desse período de crise e de muita instabilidade política no Brasil, iniciou-se uma série de mobilizações de jovens contra as medidas tomadas

**Marília Albuquerque de Sousa**

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – campus Sobral.

**Contato:**

<mariliaadesousa@hotmail.com>

**Beatriz Alves Viana**

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – campus Sobral.

**Contato:**

<beatrizalvesv@gmail.com>

**Denislene Maria Noronha Lopes**

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – campus Sobral.

**Contato:**

<denislenel@yahoo.com.br>

**Victoria de Vasconcelos Gomes**

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – campus Sobral.

**Contato:**

<victoria.psi7@gmail.com>

**Palavras-Chave:**

Ocupações; Juventude; Resistência; Política.

**Keywords:** *Occupations; Youth; Resistance; Policy.*

pelas instâncias federais e estaduais, tendo em vista o impacto direto que a efetivação de tais disposições poderia instaurar no contexto social. Nessa situação, uma das medidas mais criticadas pelo movimento estudantil e que foram decisivas para que os processos de ocupação se efetivassem, foi a proposta e, posteriormente, a aprovação da PEC 241 (ou 55), que constituía uma “proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos, a PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa Legislativa, congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos.” (EL PAÍS, 2016).

Nesse contexto, diversas ocupações foram realizadas, tanto por estudantes secundaristas quanto por estudantes de Universidades Federais e Estaduais. Nesse sentido, é importante ressaltar que, na presente discussão, nos situaremos exclusivamente nos movimentos advindos das ocupações de universidades, por tratar-se do contexto ao qual fazemos parte.

Consideramos que tal movimento de ocupação tem sua relevância devido ao seu caráter de reivindicação e participação política, uma vez que, diante desse contexto, a atividade de ocupar um determinado espaço público se torna uma manifestação de cidadania e resistência diante das ações implantadas que afetam este mesmo lugar e a vida dos que o pertencem. Giovanni Alves (2015) traz uma concepção rica acerca do que podemos caracterizar como movimento de ocupação:

“Enfim, ocupar o território da coisa pública tornou-se o ato supremo de afirmação da democratização da res pública. No fundo, reside um carecimento radical que se manifesta com vigor na juventude proletária: o anseio de re-apropriar-se dos espaços de vida alienada pela pseudo-concreticidade da vida cotidiana”.

Trata-se, sobretudo, de uma forma de revelar que aquele espaço não é apenas um objeto passivo enquanto alvo de uma gestão, mas se mostra como um ambiente onde pessoas habitam; os jovens passam a ocupar e se apropriar daqueles espaços, o que se caracteriza como um ato político, uma ação de cidadania. Estes espaços ocupados não são alheios às pessoas que os ocupam, há uma relação própria a estes. De acordo com Rejane Carolina Hoeveler (2015, ), podemos vislumbrar do que se trata uma ocupação:

“Trata-se de uma experiência extraordinária de auto-organização, da possibilidade de vislumbrar outro tipo de sociedade e de educação, não dirigida pela apatia e pela mera obediência. Trata-se de atingir aquilo que é, no papel, um dos objetivos básicos da própria educação pública: a construção de um pensamento crítico, que olhe para a sociedade como um todo, para suas desigualdades, para as condições do mundo em que vivemos. Infelizmente, para muitos, essa orientação, presente em tantos documentos educacionais nacionais, fica mesmo apenas no papel.”

Tendo em vista esta noção de ocupação torna-

–se oportuno, primeiramente, discorreremos acerca das pessoas envolvidas neste fenômeno, uma vez que estas se configuram enquanto protagonistas fundamentais para que tal movimento esteja em voga. Conforme mencionado, no contexto ao qual fazemos parte, a principal participação, em termos quantitativos, foi da juventude, composta por estudantes universitários. Dessa forma, é válido ressaltar como essa juventude, enquanto noção da perspectiva desenvolvimentista, possui em seu entorno uma série de papéis, assim como todos os outros estágios do desenvolvimento humano. Segundo Polonia, Dessen e Silva (2005), esses papéis representam um conjunto de expectativas, atividades e atitudes esperadas socialmente em sua atuação nos espaços e nas suas relações.

Logo, com base nessas expectativas em relação às atitudes dos jovens, precisamos levar em consideração que este possui uma localização histórica e social, isto é, essa juventude – a partir dessa construção de papéis – tornou-se como “um objeto natural com características e atributos psicológicos bem demarcados” (BOCO & NASCIMENTO, 2005, p. 4). Em consequência disso, podemos afirmar que os jovens estão cercados de expectativas em relação às suas ações e quando este não segue essas possibilidades surgem as resistências e os embates diante disso. Essas consequências da subversão do papel imposto ao jovem serão expostas no tópico a seguir.

## JOVENS EM CENA E EM OCUPAÇÃO

Quando analisamos os movimentos de ocupação durante os períodos de greve, encontramos um ponto em específico que se repete em ambos os movimentos: os processos de ocupação dos prédios da Universidade e das escolas. Tais estruturas foram cuidadas pelos jovens durante o período de ocupação, nas quais foram realizadas atividades de jardinagem, limpeza, pintura, segurança, aulas públicas temáticas e relações com as comunidades próximas à instituição (SEVERO, 2016). Entretanto, o movimento de ocupação que vivenciamos teve características específicas<sup>1</sup> que divergiram desses outros processos: a principal foi a ausência de ocupações no prédio da Universidade Federal em que o nosso curso deveria se localizar, já que, em decorrência da falta de recursos e da precarização do ensino público, os estudantes tinham que lidar com a falta de um lugar fixo para as suas aulas.

Mesmo com uma década de existência, este campus ainda depende de órgãos municipais e estaduais para funcionar, fato que impediu a ocupação física deste, visto que se torna impossível a ocupação de uma estrutura inexistente. Isso ocorre porque a universidade pública se encontra na penumbra, ou seja, há um círculo vicioso da precarização e da privatização do espaço público, o que resulta em um intenso processo de reestruturação dos sistemas educativos nacionais (GENTILLI, 2001).

Logo, a falta de estrutura – uma das muitas demandas que o movimento estudantil reivindicou – ocasionou outra forma de ocupação, que não se torna menos válida do que as que ocorreram ao longo dos últimos anos. Os estudantes ocuparam espaços simbólicos da cidade, locais públicos e que eram alvos de atenção significativa da população,

<sup>1</sup> Atualmente o curso no qual fazemos parte encontra-se sem estrutura física e, em decorrência disso, dependemos de auxílio estadual e municipal a partir do qual, alguns prédios públicos são emprestados para locação das aulas e da coordenação do mesmo.

por sua importância histórica e/ou cultural e pela quantidade e diversidade de pessoas que transitavam esses locais.

Assim, foram realizadas rodas de conversa em praças municipais, manifestações nas ruas da cidade, aulas temáticas para os estudantes e para a população, saraus em locais e praças da cidade, assim como a conversa entre os estudantes e as pessoas nas ruas, em que os estudantes explicavam a intenção daquele movimento nas universidades como também se disponibilizavam a responder qualquer questão sobre o motivo da greve estudantil.

Podemos encontrar um ponto de grande importância presente durante esse processo de ocupação e que atravessou os limites da Universidade: as ações de ocupação realizadas em praças públicas permeadas com o contato e o diálogo com a comunidade. Esse espaço de diálogo entre a universidade e sua respectiva comunidade, se mostrou de suma importância pelo fato de tornar possível a construção de um diálogo entre a sociedade e a academia, uma interlocução muitas vezes fraca ou inexistente. Além disso, permitiu que as demais pessoas, distantes do meio universitário, tivessem contato com questões relacionadas ao ensino superior e às medidas que afetariam a vida da população de maneiras diversas.

Ademais, esse processo de ocupação foi um instrumento de luta política, movimentação da cidade e promoção de ocupação de espaços, até então, de pouca circulação de pessoas, estabelecendo um vínculo entre estas e os espaços da cidade pelos quais elas transitam. Sendo assim, esses espaços ocupados, não estando ligados necessariamente aos locais de estudo, mas todos os outros ambientes passaram a ser utilizados de diferentes formas. Isso é mostrado por Groppo, Trevisan, Borges et al (2017, p. 147):

“Nos espaços ocupados, os estudantes tendem a realizar outros tipos de formação política. Trata-se de uma formação política que rompe com concepção tradicional, marcada pelo conceito de socialização política. Na concepção tradicional de socialização política, os sujeitos são trazidos à vida política, “socializados” para a esfera da vida pública por meio de instituições comandadas por adultos, em especial a família e a escola”.

No movimento de ocupação, os jovens realizaram um novo tipo de formação, que é tão ou mais importante que aquela realizada dentro das salas de aula. Nesses espaços, as pessoas discutem política, falam sobre assuntos de relevância regional, nacional e internacional. Dessa forma, são nesses movimentos de ocupação dos espaços públicos, quando os jovens se encontram em contato com outras vivências, que podemos encontrar uma formação política de grande importância. Os jovens podem fazer política entre eles próprios e isso foi certificado durante os períodos de ocupação em todo o Brasil.

Levando em consideração todo esse processo de movimentação dos espaços urbanos como forma de participação política, é possível perceber uma importante característica da juventude quando se trata de agir politicamente. Dessa forma, podemos nos

questionar sobre o modo de exercer a participação política de alguns desses jovens, isto é, uma forma de fazer política que se torna única e, de certa forma, estranha diante daqueles que observam. Como afirma Rattansi e Phoenix (1997), a identidade juvenil está atravessada por uma pluralidade de discursos com referência às múltiplas posições que os indivíduos ocupam, alguns deles contraditórios entre si. Logo, diante dessa multiplicidade de formas de ser jovem e vivenciar a juventude, entendemos que haverá também uma diversidade de compreensões e vivências da política (MESQUITA, BONFIM, PADILHA et al, 2016). Por isso, podemos perceber como o agir político dos jovens é polissêmico e dinâmico, ou seja, suas ações possuem uma forte influência da arte, da sua cultura, da sua identidade, dos seus espaços – como a universidade e os ambientes por eles frequentados – e, também, do seu contexto social.

Essa dinamicidade perceptível no nosso movimento de ocupação e na nossa forma de organização, que foi caracterizada por um movimento contrário ao esperado, se comparado a outros modelos de ocupações dentro das universidades, ou seja, os locais que seriam focos para os debates (salas de aula, pátio e refeitório universitário etc.) foram alterados. Nós levamos esses diálogos para fora da universidade e do campo político usual; as nossas manifestações, geralmente, eram caracterizadas por ações criativas, como saraus e espaços para que houvesse manifestações livres daqueles que estivessem nas atividades.

Enfim, é possível perceber como a forma de fazer política está diretamente relacionada com o contexto do agente, portanto, no caso da juventude não deveria ser diferente. E, em decorrência dessa originalidade dos jovens quando se trata de política, podemos encontrar, além disso, uma resistência diante dessas formas particulares de manifestação. A partir da experiência no movimento estudantil e nos processos de ocupação, enfrentamos abertamente essa resistência, nos tornando atores políticos dentro desse contexto e, em consequência dessas vivências, podemos elencar um ponto que contribui significativamente quando se trata dessa relutância: a perspectiva desenvolvimentista.

De antemão, é válido especificar o que seria tal noção de perspectiva desenvolvimentista, entendida como um conjunto de discursos que permeiam o ciclo da vida humana. Assim, todas as etapas da vida, de acordo com essa perspectiva, estão bem delimitadas e, em decorrência disso, se estabelece um caráter de etapas da vida que idealiza uma linearidade do desenvolvimento dos sujeitos, o que tende a supor uma forma de ser para cada período de idade do indivíduo.

O jovem, como dito anteriormente, está inserido em uma sociedade que o delimita e, consequentemente, tenta limitá-lo; estabelecendo um modelo padrão de juventude. Segundo Coimbra, Boco e Nascimento (2005), essa noção de adolescência e de juventude está inteiramente relacionada à perspectiva desenvolvimentista, tornando esta, uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatoriamente. Sendo assim, os jovens estão cercados por uma série de atributos “biologizantes” e “psicologizantes” que, através dos seus conhecimen-

tos sobre estes, fundam uma juventude pré-determinada que acaba por se tornar uma imposição de como se comportar em determinado período da vida.

Diante do exposto, baseado na construção de uma juventude padrão, de muita instabilidade e inconstância, os jovens se encontram cercados por um imaginário de como eles devem, obrigatoriamente, sentir, falar e se comportar. E, em decorrência dessa perspectiva, podemos inferir o porquê de existir um descrédito diante do discurso dos jovens. A sociedade, baseada por uma perspectiva “adultocêntrica” da vida – isto é, um ideal que estabelece a vida adulta como o ápice do desenvolvimento humano – desvaloriza o discurso dos jovens quando se trata de assuntos, tais como a política, já que os “modelos de participação cultivados por esses grupos, as vezes, são permeados por uma perspectiva “adultocêntrica” que demarcam aquilo que os jovens podem ou não fazer e/ou falar.” (MESQUITA, BONFIM, PADILHA et al, 2016, p. 296).

Durante o percurso do movimento estudantil, nos períodos de ocupação dos espaços públicos, foi possível perceber a desvalorização dos discursos dos jovens por parte das pessoas que, em geral, os olhavam com descrédito. Em muitas vezes, era possível escutar um enunciado desencorajador por parte dos ouvintes sobre a temática que estava sendo tratada, apontando a justificativa da pouca experiência e maturidade devido à faixa etária dos participantes do movimento.

Portanto, entendemos que essa forma de perceber o jovem e seus discursos não é alheia ao contexto da nossa sociedade e que a perspectiva “adultocêntrica” fomenta essa visão. É justamente em detrimento desta perspectiva que tecemos crítica, pois “não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade” (SOUZA, 2004, p. 49), ou seja, não se pode querer homogeneizar os jovens, quando estes são os próprios atores de suas vidas e, por isso, diversas vezes, não estão dispostos a seguir um padrão específico de juventude, como se esta fosse uma entidade que os cercam. Isso também é apontado por Juarez Dayrell (2003, p. 41-42),

“Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.”

Além desses obstáculos presentes no cotidiano dos jovens no movimento de ocupação dos espaços públicos, podemos especificar outra barreira persistente quando eles decidiram participar politicamente: o “adultocentrismo”, mencionado acima, que considera a juventude apenas como um período de transição para a “adulterez”. Tal perspectiva pode prejudicar tanto a visão da sociedade sobre esta categoria, quanto à visão dos jovens sobre si mesmos.

Esta visão enquadra estes últimos como indivíduos inacabados, sujeitos a atuarem apenas no futuro – teoria errônea, já que, independente da faixa etária, todos estão em desenvolvimento e em transformação (OLIVEIRA, 2004). Essa concepção pode ser facilmente identificada a partir da afirmação frequentemente utilizada popularmente: “Os jovens são o futuro do Brasil”. Estas palavras apresentam o papel em que o jovem é enquadrado, ou seja, sujeitos que estão sendo “moldados” para que, apenas futuramente, quando adultos, possam exercer o seu papel de cidadão e atuação política.

Diante dessa circunstância, o jovem deveria se encontrar numa situação passiva em relação às mudanças sociais e, principalmente, em relação às políticas públicas voltadas à própria juventude. Entretanto, mesmo com todos esses embates e impedimentos percebe-se alguns jovens, lutando para exercer essa participação política, independente da fase da vida na qual se encontra. Assim, o agir político se torna, para uma parte dos jovens, uma necessidade, já que é a partir desse que o jovem tem a oportunidade de subverter essa concepção que o circunda. A perspectiva afirmada anteriormente, que aponta a política enquanto ferramenta que auxilia os jovens a subverter a ordem imposta sem indagação, está presente, também, na fala de Castro e Mattos (2009, p. 808), quando as autoras afirmam que:

“A identificação com o campo da política ancora-se na possibilidade de agir no presente; a sensação de ser útil e de poder ser um agente transformador da sociedade relaciona-se com as possibilidades de ação que os jovens vislumbram nos movimentos políticos organizados. A política permite a reversão do tempo de “agir depois”, tão onipresente na vida dos jovens, que adiam para o futuro uma série de decisões e realizações, para o “agir agora”. Se a busca de outras identificações move os jovens na direção da transformação social, tais identificações encontram lugar na ação política, que lhes permite, ao mesmo tempo, trabalhar pela transformação do mundo e também conhecerem-se a si mesmos, agindo. Essa seria uma das principais potências identificatórias geradas no campo da ação política: agir e transformar(-se).”

Logo, os jovens, ao exercerem sua participação política, se encontram como sujeitos agentes na atualidade. Essa perspectiva torna-se comprovável por meio das experiências vividas no presente contexto, uma vez que, através das ações do Movimento Estudantil de ocupação, foi possível perceber a juventude engajada. Ao nos depararmos com situações em específico que estavam relacionadas à atuação política – que, anteriormente, não faziam parte do nosso cotidiano – percebemos como aquelas ações eram significativas diante da nossa construção como sujeito político e social.

Diante disso, podemos afirmar que é, principalmente, no campo da política que os jovens podem encontrar a possibilidade de subverter a noção culturalmente enraizada que os classificam passivos diante do contexto político. É justamente por meio da política que os jovens podem atuar no presente e, por fim, afastar a sua identidade da sombra da perspectiva “adultocêntrica”, que os caracterizam



como sujeitos inacabados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto ao longo deste artigo, é possível perceber como o movimento de ocupação exercido pelos jovens da Universidade Federal destacada foi de grande importância, não apenas no que tange às manifestações direcionadas às medidas estabelecidas pelo governo, mas também, devido à promoção de instrumentos para que os jovens pudessem exercer sua participação política. Assim, mesmo com todos os empecilhos presentes no percurso político desses jovens, houve uma parte destes que lutaram para conquistar, cada vez mais espaços na política. Assim, a ocupação como forma de participação política se encaixa como um grande instrumento de cidadania a partir da qual os jovens podem, realmente, exercer a sua participação na qualidade de ator político. Como afirma Giovanni Alves (2015), a experiência coletiva da ocupação é um dispositivo que os educa ou que cria a possibilidade de educação, reforçando os valores da luta e resistência dos sujeitos, o que favorece o desenvol-

vimento da atuação política desses jovens.

Destarte, se espera que tal relato possa vir a contribuir para um melhor entendimento acerca do processo de ocupação estudantil de forma mais ampla, não se restringindo apenas à compreensão de ocupação estrutural do espaço físico de uma instituição. Visa-se, também, por meio deste relato, esclarecer a respeito das adversidades que surgiram quando os jovens decidiram exercer a sua participação política, tais como o descrédito diante das mobilizações destes, tendo em vista os três aspectos mencionados: a dinamicidade da atuação política dos jovens, a perspectiva desenvolvimentista e o "adultocentrismo".

Ademais, salientamos que este relato foi apenas um breve apanhado de um dos movimentos de ocupação, que teve suas particularidades, mas que ocorreram em todo o país. Neste, apontamos algumas perspectivas teóricas relacionadas ao movimento, mas que ainda está sujeito a aprofundamentos e novas compreensões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. (2015), "Ocupando a futuridade". Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/12/07/ocupando-a-futuridade/>> Acessado em: 20/09/2017.
- CASTRO, Lúcia de & MATTOS, Amana. (2009), "O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude." *Análise Social*, 193, 793-823.
- COIMBRA, Cecília; BOCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria. (2005), "Subvertendo o conceito de adolescência." *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 57, 2-11.
- DATA FOLHA. (2017), < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>> Acessado em: 06/10/2017.
- DAYRELL, Juez. (2003), "O jovem como sujeito social." *Revista Brasileira de educação*, 24, 40-52.
- EL PAÍS. (2016), <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)> Acessado em: 27/07/2017.
- GENTILI, Pablo. (2001), "A Universidade na penumbra: o círculo vicioso da precariedade e a privatização do espaço público." In: GENTILI, Pablo (Org.) *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo, Cortez/CLACSO.
- GROPP, L., TREVISAN, J., BORGES, L., BENETTI, A. (2017), "Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional." *Educação Temática Digital Campinas*, 19, 1: 141-164.
- HOEVELER, Rejane. (2015), "A geração que educou seus educadores", Disponível em <http://blogjunho.com.br/a-geracao-que-educou-seus-educadores/>. Acessado em: 30/09/2017.
- MESQUITA, Marcos; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise; SILVA, Ana. (2016), "Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais." *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 288-297.
- OLIVEIRA, Marta. (2004), "Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto" *Educação e Pesquisa*, 30, 2:211-229.
- POLONIA, Ana; DESSEN, Maria; SILVA, Nara. (2005), "O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano." in: DESSEN, M; COSTA
- JR., A. & COLS. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*, Porto Alegre, Artmed.
- RATTANSI & PHOENIX, A. (1997), "Rethinking youth identities: modernist and postmodernist frameworks", in J. Bynner, L. Chisholm e A. Furlong (eds.), *Youth, Citizenship and Social Change in a European Context*, Aldershot, Ashgate, p. 121-149
- SEVERO, M., (2016), "A juventude se preocupa e ocupa: imagens e perspectivas de cidadania e direitos em escolas públicas do estado de São Paulo". *Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares*, 1, Frutal: Prospeciva.
- SOUZA, C. (2004), "Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites". *Última década*, 20, 47-69.

Recebido em 31 de julho de 2017

Aprovado em 29 de novembro de 2017



